

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 03-5-2017.

---

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Carlos Nedel, Matheus Ayres, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Professor Wambert e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/17 (Processo nº 0459/17), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 130/17 (Processo nº 1117/17), de autoria de João Carlos Nedel; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 075/17 (Processo nº 0799/17), de autoria de Margarete Moraes. Em prosseguimento, o Presidente declarou empossado na vereança o suplente Professor Tóvi, em substituição a Mauro Pinheiro, licenciado do dia três ao dia cinco de maio do corrente, após a entrega do seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Professor Tóvi, nos termos do § 8º do artigo 12 do Regimento. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Carlos Lammel, Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul, e a Luiz Antônio Marques Gomes, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA –, que se pronunciaram acerca do trabalho desenvolvido pelo CMDUA. A seguir, nos termos do artigo 206 do Regimento, Idenir Cecchim, Márcio Bins Ely, Adeli Sell, Tarciso Flecha Negra e Cassiá Carpes manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Ainda, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Luiz Antônio Marques Gomes. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e um minutos às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra, Fernanda Melchionna, Rodrigo Maroni e Aldacir Oliboni. Na ocasião foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 568/17 (Processo nº 1037/17), encaminhando cópia de inteiro teor dos processos que fixam as tarifas para o transporte coletivo urbano e transporte seletivo por lotação; e nº 566/17 (Processo nº 1038/17), encaminhando o Balanço das Finanças Públicas e o Relatório de Atividades de 2016. Também, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente: de autoria de Tarciso Flecha Negra, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do

Legislativo nº 030/12 (Processo nº 0476/12); e de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 091, 203, 270 e 284/13, do Projeto de Resolução nº 028/13 e do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/14 (Processos nºs 1094, 1891, 2344, 2503 e 2364/13 e 0427/14, respectivamente). Ainda, foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/13 (Processo nº 1822/13). Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se André Carús, Adeli Sell, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, Moisés Maluco do Bem, João Bosco Vaz, Dr. Goulart, Reginaldo Pujol e Dr. Thiago. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Matheus Ayres, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Dr. Thiago, Felipe Camozzato e Prof. Alex Fraga. Durante a Sessão, Professor Tóvi e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Marco Antônio Seadi, Diretor Administrativo da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre, de Carlos Siegle, Secretário Adjunto de Relações Institucionais do Município de Porto Alegre, de Everton Braz, ex-diretor do Departamento Municipal de Habitação, de Regina Becker Fortunati, deputada estadual, e de Flavio Leal. Às dezesseis horas e trinta e dois minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Dr. Thiago e Reginaldo Pujol e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Suplente Professor Tóvi assumirá no lugar do Ver. Mauro Pinheiro. Solicito ao Suplente Professor Tóvi que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Professor Tóvi prestará a seguir.

**O SR. PROFESSOR TÓVI:** "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo". (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Declaro empossado o Ver. Professor Tóvi. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Professor Tóvi, V. Exa. integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente - COSMAM.

O Ver. Professor Tóvi está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**O SR. PROFESSOR TÓVI:** Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, público das galerias e que nos acompanha pela TVCâmara, é com grande alegria e entusiasmo que assumo o mandato de Vereador nesta tarde. Quero agradecer a Deus, agradecer à minha família, que é a base de toda a minha vida; aos meus 3.235 eleitores, que depositaram em mim a sua confiança e o seu voto; agradecer a meus companheiros de Partido, o Rede Sustentabilidade, do qual eu tenho orgulho de fazer parte, junto com pessoas que admiro, como o Ver. Mauro Pinheiro, a Deputada Estadual Regina Becker Fortunati e o Deputado João Derly, a Sra. Sabrina – a nossa porta-voz –, e agradecer a todos os meus amigos que estiveram comigo nesta jornada; àqueles que se engajaram em minha campanha, de forma voluntária e com espírito cidadão, e especialmente a algumas pessoas que não estão mais entre nós: meus amigos Ronaldo e André, e também a minha mãe.

Meu compromisso como Vereador é defender o esporte e os interesses da população mais necessitada de Porto Alegre. Nasci e me criei na Vila Ingá, no bairro Passo das Pedras, onde tive a oportunidade de aprender diversos esportes no Cevi – Centro Comunitário Vila Ingá. Formei-me em Educação Física e desde então vivo diariamente o esporte, sei da importância que ele teve na minha vida e da importância que tem na vida de milhares de crianças. Sou servidor da FASC, cedido para a Secretaria Municipal de Esportes, e trabalho há 31 anos diretamente nas comunidades. Durante minha trajetória, vivenciei muitas coisas, experiências boas e ruins, e sei a importância que o aprendizado de uma modalidade esportiva, uma aula de natação, de judô, de futebol, tem na vida de uma criança. A realidade das nossas crianças nos bairros mais humildes é difícil, a educação é precária, muitas vezes elas não têm estrutura familiar, há violência doméstica, aliciamento do tráfico de drogas e do crime. Essa é a realidade com que muitas crianças de Porto Alegre convivem diariamente. Sou testemunha de que o esporte é capaz de transformar a vida dessas pessoas. É por isto que eu me candidatei a Vereador: por acreditar que Porto Alegre precisa, sim, de políticas públicas para o esporte. Portanto, senhoras e senhores, é fundamental mantermos a Secretaria Municipal de Esportes; mais do que isso, é preciso valorizar ainda mais a SME. Política pública para o esporte não é gasto, é investimento; significa investir em educação, ajudando a formar cidadãos; significa investir em saúde, prevenindo diversas doenças e desafogando os postos de saúde; significa investir em segurança, prevenindo o recrutamento de jovens para o crime organizado. Todos nós sabemos da situação financeira do nosso Município, no entanto, não podemos simplesmente extinguir políticas públicas e deixar a população sem amparo. Por isso, refiro aos colegas Vereadores e ao Prefeito Nelson Marchezan o apelo para que possamos manter e fortalecer a Secretaria Municipal de Esportes.

Além disso, vou apresentar alguns projetos de lei que pretendem tratar da democratização da prática de atividades físicas em Porto Alegre, oportunizando atividades físicas às pessoas com deficiência, fomentando negócios, trazendo segurança jurídica aos profissionais da área esportiva, alterando o Pró-Esporte para que possa beneficiar cada vez mais projetos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Ver. Professor Tóvi.  
Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul – Sindimóveis, que tratará de assunto relativo à apresentação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. O Sr. Carlos Lammel, Presidente, e o Sr. Luiz Antônio Marques Gomes, Arquiteto, estão com a palavra.

**O SR. CARLOS LAMMEL:** Muito obrigado. Cumprimento o Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo, bem como todos Vereadores e Vereadoras; os presentes, e a todos os que nos assistem. Eu represento o Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul, o Sindimóveis-RS. A nossa intenção em ocupar esta tribuna é para ressaltar a importância do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, do qual somos membros juntamente com representantes do Governo Municipal, Estadual e Federal, e há representantes de outras entidades não governamentais e representantes das comunidades pelas Regiões de Planejamento.

A história do CMDUA, o nosso Conselho, é antiga e a sua trajetória está marcada pela sua interferência nas diretrizes do planejamento urbano. Mas queremos reforçar essa participação, por isso estamos aqui hoje. Fazemos parte de uma engrenagem democrática e nos parece que alcançamos uma época de mudanças na dinâmica de escolha da representação civil em todas as suas esferas. A propósito disso, os conselheiros do CMDUA, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, são lideranças de categorias profissionais e lideranças de comunidades. Almejamos nos fazer ouvir em vista das novas diretrizes da Administração Municipal, dos projetos para o desenvolvimento urbano e ambiental, e, especialmente, na revisão do Plano Diretor que está em curso.

Chamo a esta tribuna o Presidente do CMDUA, o Sr. Luiz Antônio Gomes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Convido o Sr. Carlos Lammel para compor a Mesa conosco. O Sr. Luiz Antônio Marques Gomes, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental, está com a palavra.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sr. Carlos Lammel, agradeço em nome do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental por viabilizar esta manifestação, na qual compartilhamos este precioso espaço político.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental está disciplinado na Lei Complementar nº 434, que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre e Leis Complementares subsequentes. O Art. 39 da Lei Complementar nº 434 define que o órgão de integração do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, o qual tem por finalidade formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, competindo-lhes, entre outras atribuições, zelar pela aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano e ambiental; zelar pela integração de políticas setoriais que tenham relação com o desenvolvimento urbano e ambiental do Município; propor a programação e investimentos com vistas à implantação de políticas de desenvolvimento urbano e ambiental; aprovar projetos especiais de impacto urbano de segundo grau, que são os grandes empreendimentos, e de terceiro grau, que são os empreendimentos que necessitam de lei própria, como as operações consorciadas, bem como indicar alterações que entender necessário; aprovar os estoques construtivos do solo criado; aprovar a metodologia para definição do valor do solo criado; aprovar os valores semestrais do solo criado; e aprovar os planos de aplicação dos recursos do solo criado.

O Conselho tem renovação bienal, é composto por 28 membros de setores distintos, sendo nove representantes de entidades governamentais, nove representantes de entidades não governamentais, e nove representantes da comunidade, sendo oito das regiões de gestão do Planejamento e um da temática do OP. Os oito representantes das regiões são escolhidos nas próprias comunidades, em plenárias, e o representante do OP em plenária própria do OP. O Conselho é presidido pelo titular do órgão responsável pelo gerenciamento do Sistema Municipal de Gestão de Planejamento. Hoje, com a extinção da Secretaria Municipal de Urbanismo, e enquanto não for definida a nova Secretaria que agregará as funções previstas na Lei Complementar nº 434, o Conselho está sendo presidido pelo 1º suplente, cabendo-lhe essa tarefa como representante eleito de uma das regiões de gestão do Planejamento; o 2º suplente representa as entidades não governamentais, e a cada ano alteram-se as posições de suplência. Senhores, o primeiro Conselho do Plano Diretor foi instalado em 3 de março de 1939, pelo Prefeito José Loureiro da Silva, originalmente composto por dezesseis membros que representavam organizações públicas e privadas como o DAER, a Associação Riograndense de Imprensa, Secretaria de Obras, etc. Seu caráter era consultivo. Em 1955, por meio da Lei nº 1.413, foram definidas as competências do Conselho do Plano Diretor, entre outras atribuições, estava a de elaborar o Plano Diretor da Cidade. Esse Conselho atuou até 1979. Com a Lei Complementar nº 43, de 1979, foi criado o Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, e o colegiado passou a chamar-se Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. A principal inovação foi a representação popular com a inclusão de quatro membros da comunidade. A Lei Complementar nº 434, de 1999, atualizada pelas leis nºs 6.667 e 646, definiu o Conselho como ele é hoje com as atribuições anteriormente relatadas. Inicialmente, era formado por 25 membros; em 2003, houve mudança na composição, e o Conselho passou a ter 28 membros mais os titulares da Secretaria de Urbanismo,

exatamente como é hoje. Senhoras e senhores, apresento esse breve histórico para ressaltar a importância da participação do Conselho nos destinos do planejamento urbano de Porto Alegre e para anunciar aos nobres Vereadores uma missão importantíssima: a revisão do Plano Diretor, cujo processo de discussão inicia-se neste ano, com uma conclusão para 2019. O Conselho, por meio dos fóruns regionais das oito regiões de gestão de planejamento, promoverá o debate em toda a Cidade, buscando identificar as características, os anseios, as qualidades e os desejos dos cidadãos de cada região para articular propostas de planejamento urbano que venha a definir uma Cidade justa e perfeita para todos e em todos os lugares. Também será proposto debates com os conselheiros das entidades não governamentais, solicitando-lhes que aprofundem a discussão e tragam a visão desses setores acerca do que consideram para se fazer uma Cidade melhor. Faremos esse debate na companhia do órgão que for definido como gestor do sistema de planejamento. Ao mesmo tempo em que aguardamos o envio, pelo Poder Executivo, do projeto de lei nesse sentido, a esta Casa, o Conselho já se qualifica para o debate. Ainda no final do ano passado, realizamos o primeiro seminário voltado a membros do Conselho com o foco na democratização de conceitos e no resgate histórico do planejamento urbano de Porto Alegre, temos grande expectativa de que esse debate também ocorra nesta Casa, com antecedência. Aproveito para parabenizar o Presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Cassio Trogildo, que está promovendo um seminário preparatório, visando desenvolver essa primeira etapa. Já foram convidados a participar a divisão que incorporou as atribuições da extinta Secretaria de Urbanismo, bem como este Conselho, o que muito nos orgulha. Desde já nos colocamos à disposição para contribuir com esse propósito. Era o que constava, muito obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Obrigado, Presidente. Sr. Carlos Lammel, Presidente do meu Sindicato, também sou corretor; meu amigo Luiz Gomes, nos conhecemos há muitos anos, arquiteto militante, que vai à obra, conhece, desenha, prepara. Queria saudar também o Rogério Dal Molin e o Osório, que são dois ativistas para o bem da cidade de Porto Alegre. Cumprimento o Conselho por vir à Câmara de Vereadores, antecipando-se a uma longa jornada que teremos a partir de agora. Jornada essa que todos vocês que vieram aqui, nós, Vereadores e a cidade de Porto Alegre espera, quando se faz alguma mudança ou quando se agrega ou muda alguma coisa, que seja para o bem das pessoas, daqueles que vivem na Cidade, daqueles que trabalham na Cidade, como é o caso dos corretores, o caso dos arquitetos, de todos. O Plano Diretor não pertence e não é somente para construir e ver as alturas; é para atender a ansiedade, as expectativas de uma população, que espera ter uma Cidade cada vez melhor para viver. E é claro, também, aos profissionais que trabalham com isso, para progredir, para

terem o seu trabalho reconhecido dignamente. Cumprimentos, um grande abraço e um bom trabalho, junto conosco, Vereadores, e com a população de Porto Alegre nesse novo projeto fantástico que teremos pela frente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Presidente Ver. Cassio Trogildo; Presidente Lammel; querido Luiz Gomes, arquiteto; cumprimentos por esta intervenção na Tribuna Popular, muito importante e oportuna. Permita, na extensão de Mesa, saudar o Rogério Dal Molin e o Osório Queiroz Jr., que também são conselheiros do Plano Diretor, e que há muitos anos vêm ombreando para construções, para transformações e para o aprimoramento da Legislação, bem como a qualificação, especialmente de espaços públicos coletivos. Cumprimento vocês que, todas as terças-feiras, religiosamente, estão na nossa reunião. Também cumprimento uma delegação de corretores de imóveis, dirigentes sindicais, membros do nosso Conselho, e poderia nominar um a um, mas cumprimento a todos na pessoa do nosso Machado, Secretário-Geral, que também nos acompanha aqui. Em nome da Bancada do PDT, quero cumprimentar a iniciativa do Conselho do Plano Diretor de também vir à Casa num momento em que se iniciam as discussões; também à Mesa Diretora, na pessoa do Presidente Cassio Trogildo. Nos dias 10 e 17 iniciaremos uma rodada aqui com essa nova composição de representação da pluralidade da Cidade, nessa nova Legislatura que se inicia, e com o tamanho da responsabilidade que temos no que diz respeito a revisar um Plano Diretor. Na última oportunidade em que revisamos e aprovamos uma legislação, que alterou o Plano Diretor, eu tive a honra de estar à frente da Secretaria do Planejamento, foi em 2010, e entendemos que se iniciando agora esse trabalho, acredito que mais uns dois ou três anos poderemos, quem sabe, estar concluindo essa nova rodada, e termos um espaço razoável para a revisão de conceitos, desde largura de rua, testada de lote, tamanho de quarteirão, onde vai ser o posto de saúde, escola, creche. Todo aquele trabalho que é feito lá no Conselho do Plano nós podemos também trazer para o debate político da formatação dessa legislação, que representa o esqueleto do desenvolvimento urbano de uma cidade, atentos a alturas, afastamentos. Incluímos aqui algumas ferramentas interessantes na última revisão, como área livre permeável vegetada e tantas outras que dizem respeito também a um desenvolvimento econômico sustentável e organizado, que permita a geração de emprego e renda, que combata a irregularidade, a clandestinidade e as ocupações autoproduzidas, mas que também nos permita fazer esse desenvolvimento com esse olhar sustentável – sustentabilidade também é importante. Gerar emprego, renda, progresso, sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações – essa é a nossa ideia também no sentido de colaborar aqui. Cumprimentando, mais uma vez, o presidente do Sindicato, nosso querido Sindimóveis e todos aqueles que, com suas presenças, abrihantam esta nossa tarde de trabalho. Deixo aqui também

um abraço fraterno da Bancada do PDT, que estará peleando e ombreando pelas mudanças para o bem da Cidade, da qualidade de vida e das pessoas de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. ADELI SELL:** Presidente Cássio; caríssimo Lammel; caríssimo Luiz Gomes; eu os saúdo, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, especialmente do Ver. Oliboni e em meu nome, que estamos aqui acompanhando este debate. Nós esperamos que as discussões do Plano Diretor – já temos uma atividade marcada aqui pela Presidência da Casa com nossa Tribuna Popular e outros debates – possam avançar em uníssono. O grande problema é uma repartição em Porto Alegre: Executivo, Legislativo, entidade civil, conselhos. A gente tem que ter um ponto de encontro! Nós estamos em uma das cidades que tem o maior número de vilas irregulares; nós temos que caminhar, no próximo Plano Diretor, para que essas coisas se resolvam no seu todo. Nós temos a Procuradoria-Geral do Município, que acaba de ganhar o Prêmio Innovare exatamente porque conseguiu avançar nessa questão, e agora, nos próximos dias, estará dando em torno de 200 títulos de propriedade através de um mecanismo novo do nosso Direito: “Como temos que trabalhar o usucapião”. Temos que trabalhar todas as outras questões para nós termos a Cidade legal. Hoje nós temos uma Cidade ultramoderna, construída, dinâmica, e uma outra parte ao deus-dará. Que nós possamos, a Câmara, a sociedade civil e o Executivo, caminhar nessa trilha. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns, Presidente; parabéns à Mesa Diretora. O Plano Diretor é muito importante para a nossa Cidade. Eu fiz parte da execução do Plano Diretor, como Vereador, no ano 2012. É claro que uma Cidade vai crescendo cada vez mais, evoluindo, e ela precisa estar sempre olhando para esse Plano Diretor. Eu quero cumprimentar aqui também todos os corretores. Eu tenho um amigo corretor desde que eu cheguei em Porto Alegre, em 1973 – o Hélio Furlan. Quero mandar um abraço a todos os corretores, e dizer a vocês que o PSB está à disposição para ajudar no crescimento e no bem-estar de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. CASSIÁ CARPES:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer da importância do Conselho, porque o Plano Diretor é, para nós, uma peça grandiosa, e, quando alterada, tem que ser com muito equilíbrio, e vocês sabem, como ninguém, fazer essa proporção. A Cidade precisa, às vezes, de alguns reparos, o Plano Diretor é importantíssimo, é a nossa planta maior da Cidade, e sempre que se mexe uma peça, pode-se desmontar, em outro sentido, a Cidade. Então, por isso que esse Conselho é muito importante, para dar esse equilíbrio. E nós queremos, em nome da Bancada do PP, em meu nome, Cassiá Carpes, e em nome dos Vereadores Mônica Leal, João Carlos Nedel e Matheus Ayres, desejar êxito completo a vocês. Esta Casa é, sem dúvida, o local adequado para debater essas questões junto com vocês, porque nós precisamos, às vezes, de uma correção. É muito sensível essa mexida no Plano Diretor, e vocês com a capacidade, com o entendimento, com a nossa colaboração e com a fiscalização da sociedade, eu não tenho dúvida de que, sempre que se faz uma coisa nesse sentido, melhoramos as condições de vida do cidadão porto-alegrense.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Convido o Sr. Luiz Antônio Marques Gomes para fazer suas considerações finais.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, quero agradecer a oportunidade de estar neste espaço legislativo, no qual aproveito para reforçar o convite para estabelecer um grande debate na Cidade, que nós conseguimos chegar aí num prazo de dois anos com uma excelente proposta de desenvolvimento para Porto Alegre. Nós conseguimos evoluir para um Plano Diretor que fosse realmente o desenho do que nós queremos para o futuro, preservando tudo aquilo de bom que Porto Alegre tem: sua natureza, sua beleza, melhorando consideravelmente as questões de transporte, de habitação, evoluindo nesse sentido. É uma tarefa nossa, o Conselho vai promover o debate com a comunidade, e contamos e queremos encontrar os Vereadores nesse debate também.

Presidente, mais uma vez, meu muito obrigado pela oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Estamos chegando ao final desta Tribuna Popular, eu queria agradecer a presença dos conselheiros aqui, do Dal Molin, do Osório, do Carlos Lammel, Presidente do Sindimóveis, e do arquiteto Luiz Gomes, que está presidindo o CMDUA neste momento. Quero testemunhar, Ver. Oliboni, que o Conselho tem sido muito pró-ativo nessa matéria, em se tratando da revisão do Plano Diretor. Estive acompanhando os membros do Conselho numa reunião com o Prefeito

Nelson Marchezan, onde estava o Secretário de Relações Institucionais Kevin Krieger, que aliás está aqui no plenário, e o Vice-Prefeito Gustavo Paim. O Conselho justamente buscava saber do Prefeito qual a ideia da nova gestão em relação à revisão do Plano Diretor. Nós fizemos questão de acompanhar, porque a Câmara também precisa se preparar para essa revisão. E dessa forma, inclusive, combinamos com os técnicos da antiga Secretaria de Urbanismo um seminário em duas etapas, sendo a primeira, agora, dia 10 de maio, quarta-feira, e a segunda etapa no dia 17. É um seminário interno para a Câmara Municipal de Vereadores; o Conselho, logicamente, estará convidado para nos acompanhar, mas é um nivelamento interno aqui dos Vereadores e das assessorias, para nos prepararmos para fazer um bom debate da revisão do Plano Diretor - necessária que se faz pela previsão legal, a partir do segundo semestre deste ano ou a partir do ano que vem. Logicamente, o *start* disso quem dará será o Executivo Municipal, Ver. João Bosco Vaz, que deverá remeter uma lei de revisão do Plano Diretor, sobre a qual a Câmara de Vereadores se debruçará numa Comissão Especial e fará toda a análise das proposições e também discutirá com a sociedade as alterações propostas e as novas alterações que a comunidade possa vir a propor. Então, queria agradecer a parceria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, e dizer que esta Casa está se preparando para poder fazer uma revisão do Plano qualificada, buscando o melhor da Cidade, o equilíbrio entre todos os campos, mas principalmente o melhor para o conjunto da cidade de Porto Alegre.

Registro a presença do Sr. Marco Seadi, Diretor da Procempa; Sr. Carlos Siegle, Secretário Adjunto de Relações Institucionais; Sr. Everton Braz, ex-Diretor do DEMHAB; Sr. José Freitas e Dra. Kátia, que estão aqui acompanhando o Presidente do Conselho do Plano Diretor.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h51min.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h52min):** Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não gostaria de estar vindo à tribuna para fazer esse pedido, mas infelizmente a gente está vendo que o quadro do diabetes no Brasil e em Porto Alegre está muito grande. Devido ao aumento considerável dos casos de diabetes no Brasil, estou desarquivando o meu projeto de lei, que obriga os restaurantes, bares, e lanchonetes a oferecerem uma alimentação adequada para os portadores de diabetes. O projeto havia sido arquivado mediante o compromisso do Sindipoa de realizar campanhas para que os restaurantes aderissem à ideia. É só com a informação que podemos lutar contra essa doença no País. Durante seis anos tive problemas com diabetes. Através da prática de exercícios e alimentação saudável, consegui controlar o diabetes, não necessitando mais do uso de medicamentos. Quando eu era criança, se eu

tivesse tido esse tipo de informação, se eu tivesse esse cuidado, talvez não tivessem acontecido esses problemas comigo. Como eu falei aqui na tribuna, na semana passada, o Governo Federal lançou um programa chamado Saúde na Escola, que proíbe a venda, nas cantinas das escolas, de alimentos com alto teor de sódio, açúcar e gordura. Além de estimular o combate à obesidade, o programa prevê outras ações para prevenção de doenças e a promoção da saúde. A Prefeitura de Porto Alegre tem um programa que incentiva hábitos saudáveis, através dos grupos de caminhadas, de promoção de saúde mental, mas precisamos de uma ação mais efetiva. O diabético precisa ter uma opção de alimentação mais saudável nos restaurantes e bares da Cidade. É hora de reforçarmos a luta contra o diabetes. Com a vida não se brinca. Realmente, o diabetes é uma doença silenciosa e a gente não percebe, porque tudo o que a gente está ingerindo, quando está bem, não percebe que vai estar com um quadro alto de diabetes, Ver. Oliboni. O açúcar no sangue, a hemoglobina glicada arrebenta com a pessoa com diabetes, causa amputação de pés, pernas, cegueira.

Então, é importante prevenir, eu estar aqui, hoje, na tribuna falando, uma pessoa que, em 2010 para 2011, teve diabetes. Aí eu passei a me interessar e ler sobre diabete, conversar com especialistas sobre o que é o diabetes e comecei a me cuidar. Hoje eu não tomo insulina, não tomo remédio nenhum para diabetes. Mas tem uma coisa: há seis ou sete anos eu, todos os dias, faço a minha caminhada de uma hora, a minha alimentação à base de legumes e verduras, sem açúcar. Tudo isso é importante. Se a gente quer ter uma vida longa, uma vida mais saudável, para poder caminhar, brincar, passear, alguma coisa temos que deixar. Na vida não se pode tudo.

Então, é importante este projeto, e, no momento em que este projeto vier para a Câmara, eu vou falar mais sobre o diabetes, sobre aquilo que eu sei sobre o diabetes, sobre o que conversei com os grandes especialistas. É uma doença silenciosa, que nos leva ao caos, e, se o cidadão entra em depressão, é pior.

Então, eu faço este apelo. Vou colocar este projeto para que, em Porto Alegre, principalmente as crianças que amanhã serão o futuro desta Cidade, sejam saudáveis e não sofram o que eu sofri. Se lá atrás, no início, tivessem me explicado sobre o diabetes, tivessem tido esse cuidado, talvez eu não tivesse passado o que passei durante seis anos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e todas. Venho à tribuna, usando a Liderança de oposição, Presidente, porque ontem emprestamos o plenário para a realização da audiência pública, chamada pelo Executivo, sobre a questão do Prometa, que foi o primeiro Governo que teve que cumprir a alteração que a Câmara votou, a partir da Lei do Ver. Sebastião Melo, Secretário Kevin Krieger, de colocar que o Prefeito eleito – ou prefeita eleita - tenha que vir até a sociedade e mostrar

o seu planejamento para os próximos quatro anos. Tivemos esse momento ontem, e eu já tinha conversado, por cima, na última reunião de Mesa e lideranças, da necessidade da própria Câmara realizar uma audiência pública porque o que nós vimos ontem foi uma demanda de discussão da sociedade: varias representações, conselhos municipais, representantes do Orçamento Participativo, ativistas de várias áreas – cultura, educação, esportes – fizeram um debate do Prometa.

O Ver. Aldacir Oliboni e eu, da oposição, também estivemos presentes, fazendo o debate com relação à apresentação dessas 58 metas. O Ver. Aldacir Oliboni tratou dos temas da saúde, do Orçamento Participativo, da própria questão da regularização fundiária de uma maneira bastante firme, sobre a timidez dessas metas apresentadas pelo Governo. Eu abordei um tema que me parece fundamental, que o plano acaba sendo uma carta de intenções, na medida em que o Governo não apresenta nem indicadores para fazer a mensuração, ano a ano, como prevê hoje a Lei Orgânica do Município, que dificulta uma análise anual das metas, e é isso que diz a lei: todo ano a Câmara tem que fazer uma audiência pública para averiguar e fazer o acompanhamento dessas metas propostas. Nós temos metas extremamente tímidas, como a ampliação do Programa da Saúde da Família, que o Governo prevê passar de 50 para 60% da cobertura, numa cidade que demorou muitos anos para chegar a 50%, e nós sabemos que a ideia é universalizar o Programa de Saúde da Família; ou regularização fundiária de apenas duas mil moradias, numa cidade que tem 700 comunidades irregulares; ou a questão do Minha Casa, Minha Vida com uma meta extremamente pequena de construção de novas moradias.

O que eu acho mais grave, Ver. Aldacir Oliboni, e falei com toda a franqueza que a oposição tem nesses anos, e sobretudo nesses meses, com relação ao Governo – eu na condição de Líder das Bancadas do PSOL e do PT – é que o plano é uma contradição com a apresentação e o que o Governo tem feito nos primeiros 100 dias do Governo. Eles falam, por um lado, Ver. Tarciso, que querem ampliar a assistência, para que não haja nenhuma pessoa em situação de rua, que não tenha tido uma alternativa apresentada pelo Governo, mas o Governo corta verbas da FASC! Fala na Meta 34, se não me engano, na ampliação dos equipamentos esportivos e das políticas de esporte, muito importante no Município, mas querem fechar a Secretaria Municipal de Educação! Fala da ampliação das creches e da universalização das vagas na educação infantil, que é muito necessário, mas ao mesmo tempo, na volta, o Prefeito Marchezan não se comprometeu com a finalização das creches que já foram iniciadas, demandadas no Orçamento Participativo, e que, inclusive, algumas já tiveram recursos públicos e não foram concluídas. O Governo fala na Meta 50 em ampliar para 50 mil a população popular, mas suspendeu as plenárias do Orçamento Participativo para votação de novas demandas. E o Prometa, que foi apresentado aqui, ontem, para os Vereadores, não foi ainda apresentado para o conjunto dos conselheiros do OP, dos conselhos municipais, como o Conselho Municipal do Idoso, da Educação, da Assistência Social, são vários na cidade de Porto Alegre. Aliás, o plano não fala nada dos resíduos sólidos, por exemplo. E, para concluir, no objetivo estratégico nº 15 o Governo fala que quer valorizar os servidores, mas manda um pacote para a Câmara

que ataca os servidores, não só congela o reajuste, tirando a reposição da inflação, como traz perdas reais com a ampliação de participação de 11% para 14% que a categoria tem a dar ao Previmpa. Fala em valorização dos servidores públicos, mas dia após dia ameaça com o parcelamento, inclusive, usou os servidores da Guarda Municipal...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** ...para agredir os servidores públicos municipais. Então é uma contradição gigante em um Município que está vendo suas políticas sociais e de assistência irem para o brejo. Infelizmente! É corte, é ataque, é retirada de direitos! E isso, mais do que a necessidade que nós temos como oposição de apontar essa contradição, é que nós queremos organizar um pouco para resistir a esses ataques, ao mesmo tempo em que queremos que os Vereadores sejam parte dessa resistência, sejam parte dessa resistência junto conosco. E eu concluo dizendo que tem ainda, tanto no pacote como no Prometa, primeiro no Prometa fala na captação, Ver. Oliboni, de R\$ 1 bilhão com a iniciativa privada. É um novo empréstimo, são privatizações? O que o Governo quer com isso? E, segundo, neste mesmo pacote que ataca o funcionalismo, o Governo quer pegar empréstimo de 120 milhões para pagar as empreiteiras das obras da Copa. Aí não, o Prefeito que lamentavelmente está governando para os empreiteiros e não para os municipais e para o povo da...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde, Vereadores e Vereadoras, colegas da Câmara, Presidente Cassio Trogildo; eu queria manifestar, Ver. Tarciso, hoje eu estive brevemente na reunião para a qual foram convidados todos os Vereadores, com o Prefeito e o Vice-Prefeito e alguns Secretários do Município. Confesso que vou querer escutar mais e vou querer elaborar mais até a próxima semana, mas tenho uma grande preocupação com relação a esta reforma administrativa. Eu fiz um cavalo de batalha aqui dentro para a Secretaria dos Animais em especial, mas outras depois; estive aqui presente com a Fernanda, a SME, o Esporte, entre outras aqui, e a gente fez discussões aqui, Ver. Oliboni, com o pessoal. Inclusive, o meu avô esteve aqui com 90 anos para defender a SME num dia, e foi uma coisa até que me sensibilizou, porque eu não tinha convidado ele para estar aqui. Confesso que aparentemente esta reforma, e eu sou completamente a favor de economia, muda muito, mas muda para pior. Eu confesso e compactuo - não sei se foi boato ou não - com o Secretário Kevin Krieger, inclusive, o

meu amigo, o meu parceiro, que está aqui, que talvez manifestou que não estava tão satisfeito com a forma com que vinha sendo conduzido este Governo, Ver. Brum. Eu me preocupo muito com a reforma administrativa que vai ter, porque o que eu alertava aqui, no dia 2 de janeiro, especificamente com relação à Secretaria dos Animais, aconteceu. Os serviços foram diminuídos, lamentavelmente, e a minha demanda aumentou muito. O que tem de pessoas que ligam diariamente hoje, manifestando que a Secretaria não está atendendo, está dando o mínimo, está na sua produção mínima – isso está já aparecendo. Eu fico agora preocupado, se esta reforma administrativa não vai ser uma forma de institucionalizar, Paula, e aí eu quero, inclusive, ter o apoio do meu amigo Kevin, para a gente cobrar isto do Prefeito, para que melhore essa condição da Secretaria. Eu estou contigo nessa situação de insatisfação. Eu, particularmente, quero cobrar deste Governo que melhore os atendimentos aos animais que, na minha opinião, estão lamentáveis. Quintuplicou, hoje, a demanda de pessoas que estão tendo que fazer atendimento particular, e eu duvido que algum ser humano aqui vai ser contrário a corte de economia! É óbvio que a sociedade quer que o dinheiro público seja bem investido, que se remodele e que os serviços cheguem na ponta, só que, pessoalmente, eu não senti nem um, nem outro até agora. Vai chegar aqui, na semana que vem, a reforma administrativa, Ver. Cassiá, sei que és um cara muito coerente, e eu, pessoalmente, não estou convencido dessa reforma, não estou convencido que isso vai resolver os problemas, porque eu não estou sentido que isso está funcionando na ponta, lá na ponta, na população. Eu poderia pegar a minha demanda, mas peguei o exemplo do meu avô, aqui, com 90 anos, dizendo que não está funcionando. Vou ser o maior defensor deste Governo se efetivamente acontecer na ponta; agora, o que eu tenho sentido é que precarizou. Uma secretaria, por exemplo, como a dos animais, já era muito precária, não estou aqui defendendo que a secretaria é o ideal que acontecia no passado, Oliboni, mas sempre sinalizei, independente da opinião política, que a criação da Secretaria pelo Fortunati já foi um feito, sabendo que hoje a maior parte das cidades não tem nenhum órgão competente, a maior parte das cidades tem um diretor. Agora, a Capital do Estado do Rio Grande do Sul ter praticamente só um diretor ou ligações que eventualmente são atendidas? As pessoas me ligam da frente da secretaria hoje sem atendimento! Diminuiu o atendimento bruscamente! É isso que a reforma, na minha opinião, vai trazer. Eu sou parceiro para votar, se convencido, Felipe, para a questão de economia de dinheiro – sei que és um cara estudioso em relação a isso –, agora, eu vou ser um crítico se essa reforma for para manter o que está acontecendo aí, se essa reforma seguir com o que está acontecendo. Se for uma reforma efetivamente para acontecer o serviço, vou votar a favor – se for para acontecer o serviço –, Felipe, e isso tem que ser mostrado em estatística e principalmente no sentimento da população. Eu acho, inclusive, que o Prefeito Marchezan, que é um especialista em pesquisa – no ano passado, ele veio aqui com as pesquisas –, pode fazer uma pesquisa dos primeiros quatro ou cinco meses para ver qual é a avaliação da população. Eu digo com relação ao meu público e falo com autoridade de quem mais mete mão em animal aqui em Porto Alegre e, talvez, no Rio Grande do Sul: a reforma, que, até agora, não aconteceu, fez com que a nossa Secretaria dos Direitos Animais, especificamente, perdesse, como está perdida hoje. Eu sou

parceiro para retomar a Secretaria, mas de outra maneira. Nesse início, não tem acontecido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Apregoo o Processo nº 01038/17 (Comum), de autoria do Governo Municipal, que encaminha o balanço das finanças públicas e o relatório de atividades de 2016, em atendimento à Lei Orgânica do Município. Estará disponível na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul.

Apregoo o Processo nº 01037/17 (Comum), de autoria do Governo Municipal, que encaminha cópia inteiro teor dos processos que fixam as tarifas para o transporte coletivo urbano e transporte seletivo por lotação. Estará disponível na CUTHAB.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, solicitando desarquivamento do PLL nº 030/12.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando o desarquivamento dos seguintes Projetos: PLCL nº 004/14, PLL nº 203/13, PR nº 028/13, PLL nº 284/13, PLL nº 270/13, PLL nº 091/13.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando retirada de tramitação do PELO nº 003/13.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder

**O SR. ALDACIR OLIBONI:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que acompanha a Sessão do dia de hoje, antes mesmo de entrar no tema provocado e lembrado muito bem pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda, quero lembrar que estamos aguardando hoje à tarde o projeto de lei do Governo Municipal, já assinado, que trata dos subsídios aos Agentes Comunitários de Saúde. Amanhã nós estaremos levando esse assunto para a reunião de líderes para fazermos as comissões conjuntas e agilizar o processo de pagamento.

Ontem eu estive presente na audiência pública, em nome do nosso Partido, quando o Governo Marchezan tentou colocar o que ele pretende fazer com o Programa de Metas (Prometa). Nós achamos que foi mal explicado, e a grande maioria ficou com dúvida sobre as metas apresentadas. Eu digo que as três primeiras metas que tratam da Saúde, como a número um, assegura o atendimento para 60% das Equipes de Estratégia de Saúde da Família, coisa que nos anos anteriores era para 50% da população. Sabendo que Porto Alegre tem 1,400 milhão, se ele pretende aumentar 10%, isso significa atingir mais 140 mil pessoas, o que tem que ter no mínimo mais 10 ou 11 Equipes de Saúde da Família, mas o Governo não disse como pretende chamar esses servidores. Hoje, nesse programa, que são 220 equipes, faltam médicos, faltam enfermeiros, faltam técnicos de enfermagem, faltam agentes comunitários. É preciso, primeiro, completar o quadro de servidores, lançar uma meta e dizer que aquilo vai acontecer, porque se tu vende uma ideia e ela não se concretiza, lá no último ano o governo Marchezan sofrerá o desgaste

de ter dito no Prometa algo que não cumpriu. Como por exemplo, a questão da habitação popular, onde ele diz aqui no Prometa que vai ofertar mais 4 mil moradias. Isto é, ele não disse no Prometa da regulação fundiária e na habitação popular como vai fazer. Na habitação popular mais quatro mil moradias, e na regulação fundiária duas mil residências regularizadas.

Nós temos em Porto Alegre um enorme déficit na regulação fundiária. São mais de 500 comunidades que, infelizmente, não foi feita a regulação fundiária. Nós temos centenas, milhares de inscritos hoje para serem contemplados ao programa da habitação popular, mais precisamente o Minha Casa, Minha Vida. Ele não disse para nós como vai fazer as mais de 4 mil moradias. Se vai ser com o programa Minha Casa, Minha Vida, que, com certeza, recurso federal, haverá maior facilidade do governo municipal poder implementar.

Então, o Prometa para nós ficou muito distante do que, na verdade, nós estamos percebendo, que há uma necessidade muito pontual de fazer acontecer na nossa Cidade. Por isso nós fizemos uma crítica muito pontual, e ele mesmo, o Prefeito, admitiu alguns erros que, na verdade, não foram colocadas no Prometa, por exemplo, com relação à reciclagem. O cidadão que estava aqui, Antônio Matos, falou da questão da reciclagem, não tem uma linha, uma vírgula que fale sobre a reciclagem em Porto Alegre; o Orçamento Participativo que estaria funcionando, e no Prometa ele pretende atingir, no mínimo, na participação do OP mais de 50 mil pessoas. Até então, em anos anteriores, não atingia de 10 a 12 mil. E ele pretende atingir, com o Orçamento Participativo suspenso, 50 mil. São coisas difíceis de acreditar, mas vamos torcer que seja um governo bom para todos os cidadãos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna hoje de uma maneira muito breve para fazer um registro importante de uma reunião que tivemos ontem na Comissão de Saúde e Meio Ambiente quando tratamos sobre as políticas públicas, a opinião dos especialistas e também da sociedade civil organizada sobre a saúde mental e a prevenção do suicídio no âmbito de Porto Alegre. Os dados são alarmantes e o principal encaminhamento da nossa reunião foi para que o Município informe com clareza à população principal a população daquelas comunidades mais carentes, vulneráveis qual a porta de entrada, Ver. Paulo Brum, que aquelas crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos têm efetivamente para um atendimento digno de saúde mental em Porto Alegre. Nós já nos deparamos inclusive com visitas da própria COSMAM ao Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul, que possui um atendimento de 24h na área psiquiátrica, com pacientes

e seus familiares visualizando aquela situação, aguardando deitados no chão e apoiados em papelão. Tivemos também, como fim da contratualização do Município com o Hospital Parque Belém, o encerramento das ofertas que lá existiam pelo Centro de Dependência Química, o Cedequim que foi uma referência não só no RS, mas no Brasil, no tratamento da saúde mental e dos dependentes químicos. Só o Cedequim do Parque Belém possuía 50 leitos psiquiátricos e a oferta, nos hospitais públicos e privados de leitos psiquiátricos, é muito reduzida. É preciso que as gestões dos hospitais privados e também da Secretaria Municipal de Saúde olhem com atenção para esse tema. No dia sete de abril, quando se comemorou o dia mundial da saúde, o tema da depressão. Mundialmente se discutiram os efeitos da depressão e o que ela pode causar. Nós temos também, dentro do calendário mundial da saúde, no dia 10 de setembro, o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. Por ser no dia 10 de setembro, nós encaminhamos ontem junto à Comissão que, a partir desta Casa, em conjunto com a sociedade civil organizada, com as organizações médicas profissionais da área da saúde, vamos desenvolver uma série de atividades de conscientização voltadas para a saúde mental e prevenção do suicídio em Porto Alegre no Setembro Amarelo, um mês de conscientização para doenças silenciosas que atingem o emocional das pessoas, cria sérios problemas no ambiente familiar e nem sempre são percebidas pelo ambiente escolar e pelas famílias de um modo geral. Aproveito este tempo de Comunicações para informar os resultados e os encaminhamentos importantes que tivemos em mais uma reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente que, na próxima semana, estaremos atendendo à temática ambiental, fazendo a reunião da COSMAM, na terça-feira, junto ao Parque Chico Mendes, na Zona Norte, em virtude de algumas reclamações e demandas que recebemos, não só dos servidores que lá atuam, mas também da comunidade que é usuária do local. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ADELI SELL:** Ver. Thiago, na presidência dos trabalhos, a nossa saudação, meus colegas Vereadores, Vereadoras, mais uma vez, caríssimo Oliboni, meu colega de bancada, caríssima Líder da oposição, Fernanda Melchionna, preciso, tenho obrigação de falar do problema do transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre. Você chega aqui na Câmara, há um servidor que vem te procurar porque o ônibus da sua região atrasa sistematicamente. Mas não precisa chegar na Câmara, o porteiro do meu edifício ou quando vou ao escritório, cedíssimo, de manhã, antes de vir para cá, me diz a mesma coisa: “meu ônibus atrasou, meu ônibus não está funcionando como deveria funcionar”. Outra pessoa manda uma foto de um ônibus quebrado; circulo pela Av. Mauá e encontro um ônibus quebrado em plena avenida de Porto Alegre! Tristes tempos, em que esse setor econômico de Porto Alegre afronta o cidadão. Mesmo linhas de ônibus, que eram sempre elogiadas pela qualidade, como Auxiliadora e Menino

Deus, atrasam, atrasam e atrasam; e quando os ônibus chegam, chegam embolados. Ou seja, aquilo que eu já disse e volto a dizer aqui: de que adianta ter azulzinhos, agentes de fiscalização só para trânsito? E vejam os absurdos: em pleno feriado de 1º de Maio, no Centro de Porto Alegre, estavam fazendo fiscalização numa rua praticamente deserta, mas as pessoas colocando seus carros, às vezes, num lugar indevido, porque é final de semana, não tem ninguém na rua. Mas vocês não têm esse mesmo agente de fiscalização para saber o atraso dos ônibus – esta que é a questão! Não estou aqui para defender nenhum tipo de ilícito. Estacionou no lugar errado, tem que multar; agora, no final de semana, no Centro de Porto Alegre, no feriado de 1º de Maio, fiscalizando a Rua Andrade Neves? Mas vamos nos respeitar! E os ônibus atrasados, atrasados e atrasados. É um desdém com a população, é uma afronta à dignidade das pessoas, que ficam morgando numa fila, com sol, com chuva, calor, frio, é o ano todo. São 365 dias por ano de maus tratos com o cidadão de Porto Alegre. Não tem cabimento isso, não pode continuar assim, não deve continuar assim! Caríssimo Ver. Moisés, vou pedir para V. Exa. o seguinte: nós temos aqui mostrado, em quatro meses, sempre que podemos, ajudamos a Prefeitura, o Prefeito, projetos que são bons, vetos que eu tive o prazer de ser relator na CCJ, acompanhar, inclusive, a Prefeitura, participar de um debate como foi feito agora sobre a Guarda Municipal, apontar caminhos que podemos ter soluções. Agora, tem um tema que não dá, nós precisamos da sua ajuda, do seu Prefeito, porque é do seu Partido. Por favor, peça a ele que olhe, porque sei que o Prefeito tem dito que tem que ter qualidade nos serviços. O transporte coletivo de Porto Alegre não tem qualidade. O senhor vai para a zona leste, conhece bem e sabe, na Lomba, não dá. Peça sua ajuda, tem que mudar, Prefeito Marchezan, hora de fiscalizar.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. MATHEUS AYRES (Requerimento):** Solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Matheus Ayres (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

**O SR. CASSIÁ CARPES:** Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, demais Vereadores e Vereadoras, eu quero trazer um tema do jornal Zero Hora deste final de semana, matéria do repórter Paulo Germano, em relação a algumas possíveis trocas de cargos junto ao Governo Municipal que, sem dúvida, não ficou bem para esta Casa. Eu, como Vereador, não posso admitir, não acredito que isso venha a acontecer. Até porque conheço a maioria dos meus colegas. Mas me faz aqui adiantar algumas perspectivas devido a projetos polêmicos que virão a esta Casa. Quero dizer que esta Casa é independente, é o Legislativo, é o regulador, e aqui travaremos bons debates. Sem dúvida apoiamos o Prefeito Marchezan, que ganhou a eleição com grande legitimidade,

com grande votação, mas esta Casa, depois de eleita, tem independência e, automaticamente, tenho certeza, a maioria dos seus projetos serão aprovados, porque nós queremos mudança. Agora, isso não quer dizer que nós tenhamos obrigação de apoiar, porque nós temos, acima de tudo, responsabilidade com a sociedade porto-alegrense e convicção. Eu não tenho certeza que eu irei aprovar todos os projetos do Governo, alguns até não irei aprovar, porque esta Casa tem, como eu disse, legitimidade de alterar, de modificar, de aperfeiçoar, de corrigir... E aí sim. Até disseram naquela coluna que já havia um grupo de 25 Vereadores apoiando o Prefeito por este ou aquele cargo – eu não acredito! –, porque isso é a desmoralização da política. Eu não acredito, conhecendo todas as senhoras e os senhores. Aqui se travarão debates democráticos na busca de melhorias pela sociedade. Agora, o coitadismo e também o terrorismo não vão resolver nada.

**O Sr. Airto Ferronato:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero cumprimentar V. Exa. por trazer este tema, que acredito que é de profunda relevância para a sociedade e para a Cidade, e para nós, aqui da Câmara. V. Exa. sabe que nós temos um grupo de Vereadores independentes – nosso Presidente faz parte – e nós, enquanto independentes, somos independentes, e não vai ser uma coluna atirada ao ar e ao vento que vai mudar essa nossa visão. E V. Exa. traz muito bem o tema. Teremos propostas às quais votaremos favoravelmente e outras não. É da democracia e é nossa responsabilidade aqui na Câmara. Obrigado pelo aparte.

**O SR. CASSIÁ CARPES:** Eu é que agradeço. Eu trago este tema que pode ser duro em alguns aspectos, mas ele é fundamental para a reflexão desta Casa. Esta Casa, volto a frisar, tem independência, e conhecedor da nossa capacidade de trabalharmos bons debates para melhorar ainda mais os projetos que vêm do Governo para a sociedade. Isso não quer dizer que nós não tenhamos opinião favorável ou contrária a este ou àquele projeto. Um Governo, quando quer ganhar, tem que apresentar soluções, e ao trazer ao debate projetos para esta Casa, tem que ter a consciência de que não vai ganhar todos os projetos, porque esta Casa tem, Ver. Tarciso, legitimidade para corrigir, aperfeiçoar, modificar e assim por diante. Toda regra tem exceção, e automaticamente essas regras e exceções passam por nós, Ver. João Bosco, aqui por esta Casa que se chama Legislativo! Trago esse tema, que às vezes é duro, volto a frisar, mas sobre o qual é necessário reflexão. Aqui nós deveremos ter a capacidade do convencimento, a capacidade de bater, a capacidade de questionar aquilo que nós queremos para o futuro desta Cidade, e que passa por nós. Volto a frisar: o coitadismo e o terrorismo não são aliados ao bom senso e sim à intransigência; e esta Casa deve buscar o bom senso. Um abraço a todos. Eu confio nesta Casa, é a terceira vez que passo por aqui, e ela será fundamental para o debate da Cidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. Nós nos solidarizamos com as suas colocações.

**O SR. PROFESSOR TÓVI:** Presidente, eu gostaria de anunciar a presença da nossa Deputada Estadual, Regina Becker Fortunati, que está visitando a nossa Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado. Deputada Regina Becker, seja bem-vinda.

Eu até vou me inscrever para falar sobre esse jornalista, porque ele foi desleal.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, eu prestei atenção na intervenção do Ver. Cassiá Carpes e quero dizer a V. Exa. que tenho acompanhado a Câmara, por estar aqui Vereadora nos últimos anos, e infelizmente essa não tem sido a regra que tem tomado conta na política pública. Nós tivemos, no governo passado, uma base aliada de 26 Vereadores, e muito mediada, sim, pelos Cargos em Comissão, pelas secretarias e pelas negociatas envolvendo os postos do Governo Municipal.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Às vezes, é verdade, como no nosso projeto das AEIS, quando o povo se mobiliza, bom, as coisas mudavam na Câmara. Eu quero reconhecer aqui, o nosso projeto das AEIS, nós aprovamos por unanimidade e, depois, derrubamos o Veto do Governo, com o voto da base, a partir da mobilização do povo, de forma organizada. O Ver. Ferronato votou conosco, assim como outros Vereadores. Ontem, no Prometa, o Marche Zan falou sobre as indicações políticas ao seu Governo e disse que colocaria a indicação de todos que indicassem, inclusive, parlamentares de todas as matizes ideológicas.

Ora, existe uma ideologia e um programa em curso, nós concorreremos com um programa distinto, o da Luciana Genro, que foi um programa que tinha metas concretas para melhorar a situação de Porto Alegre, numa situação de crise, defender os interesses do povo ao invés dos ricos. É óbvio que nós não vamos compor um governo que faz uma política de ataque, de ajuste, que quer atacar os municipais para resolver o tema da crise, fazendo exatamente o que o Ver. Cassiá falou na tribuna: terrorismo, cotidianamente, ao dizer que vai parcelar salário, que vai arrochar. Ele chegou a dizer que, se não forem aprovadas as medidas – que são medidas de confisco de uma parte dos salários -, os municipais vão ficar até quatro meses sem receber! Ele falou, ontem, aqui no Prometa, Ver. Carús! Então, é preciso ter coerência na política. O toma lá dá cá, o balcão de negócios, essa lógica enoja o povo, por isso, o povo não aguenta mais a política tradicional.

**O Sr. André Carús:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.<sup>a</sup> Fernanda, lhe agradeço o aparte e quero só aqui registrar, em cima da sua manifestação, o que tem presidido a atuação da Bancada do PMDB aqui nesta Casa é uma postura real de independência, que nos permite adotar as posições favoráveis naquilo que for bom para a Cidade e contrárias àquilo que discordamos. E nem por isso vamos tolher aquilo que a imprensa livre manifesta. É natural que a especulação sobre a postura das bancadas, dos Vereadores se estabeleça nesse fórum, mas a principal resposta que nós damos é com os nossos votos, com as nossas posições e com atuação parlamentar. Independência não se faz só no discurso, faz-se na prática, e a Bancada do PMDB e os demais parceiros que integram conosco o bloco Todos por Porto Alegre têm se comportado dessa forma. Obrigado.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Obrigada, Ver. Carús. É exatamente como eu ia concluir. Isso nós vamos ver agora, na votação do pacote que foi apresentado; um pacote que, por um lado, faz esse confisco de salário dos servidores, com perdas reais, e que quer pegar um empréstimo de R\$ 120 milhões para pagar empreiteira! Ou o debate das gratuidades, que está sendo anunciado em relação ao meio passe das crianças, que lamentavelmente já evadem da escola por já não ter dinheiro para pagar um transporte coletivo caro. E, como o Ver. Adeli Sell muito bem falou, caro e com péssima qualidade na medida em que a população tem sofrido com a demora nas filas de ônibus.

Na verdade, neste tempo, eu queria falar sobre a questão do acolhimento institucional. Hoje de manhã estive numa audiência, Ver. Bosco, chamada pelo Ministério Público, pela Dra. Cinara. Nós acompanhamos muito, como Comissão de Direitos Humanos, o tema dos abrigos para crianças sob tutela do Estado, fizemos vistorias, visitamos abrigos. Nós temos um crise muito grande de política de assistência, com casas superlotadas, com crianças fora das escolas na medida em que existe um jogo de empurra entre as secretarias, com ausência de atendimento da política de saúde mental. Um atendimento que, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, deveria ser provisório, de apenas dois anos, garantindo que ou a criança seja destituída de tutela, portanto entre na fila de adoção, ou volte para a família original, infelizmente tem sido um abrigo permanente, porque muitos atores têm falhado: Governo do Estado, Governo Municipal. Muitas vezes há a questão da retirada da criança da família por uma questão de pobreza, em vez de ajudar a família a resolver o problema habitacional, o problema do emprego, o problema da alimentação. Muitas vezes o Estado, que deveria garantir direitos, está violando os direitos da criança e do adolescente. A FASC agora quer fazer como modelo central um modelo de conveniamento tirando a gestão pública que havia em alguns abrigos ainda, em relação ao conjunto da equipe, e o controle da gestão feito pelo órgão público, passando apenas e imediatamente para as conveniadas. Isso é um problema, porque deveria ser feito justamente o modelo contrário de ampliar o controle público, de garantir mais investimentos, de garantir a abertura de mais vagas e melhorias das condições dos abrigos, e, mais do que isso, uma discussão do conjunto dessas 1350 crianças que se encontram nos abrigos para crianças

e adolescentes no Município de Porto Alegre, que deveriam ter seus direitos garantidos e que, lamentavelmente, sofrem com essas condições. Faço um registro ao trabalho brilhante que os nossos técnicos fazem mesmo com condições precárias. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero agradecer a visita de algumas entidades e dizer que junto com elas recebi um presente da Nuances, sobre os seus 25 anos de trajetória, juntamente com o Célio Golin. Tivemos a satisfação de apresentar, na Casa, para fazer parte da agenda de Porto Alegre, nas datas comemorativas e de conscientização, a parada livre LGBT como uma data de conscientização. Agora vai passar a fazer parte do Calendário. As entidades vieram porque querem propor algumas alterações. Então agradeço a presença das entidades.

O assunto que trago hoje infelizmente é sério, toca a todos os colegas desta Casa. Eu não ia fazer essa leitura, mas eu vi hoje um veículo de alta circulação deixar claro que, quando todos têm liberdade para falar de tudo, é bom contar com quem tem responsabilidade em tudo o que fala. Três de maio, dia mundial da liberdade de imprensa. Então, estimulado por ser o dia mundial da liberdade de imprensa, eu gostaria de discutir com os senhores e com as senhoras o *e-mail* que eu enviei a um colunista do jornal Zero Hora, chamado Paulo Germano, sobre a infeliz publicação dele que fez referência a nós, Vereadores desta Casa. “Me surpreendeu como Vice-Líder do Governo sua notícia sem fundamento ou procedência de que a base do nosso governo tenha 25 integrantes. A Liderança do nosso governo é coordenada pelo Ver. Cláudio Janta e por mim, Ver. Moisés Barboza, e nenhum de nós dois tem conhecimento de que a sua notícia seja verdadeira. Nossa base é constituída pelo PSDB, PP, Solidariedade e PTB, e são 10 e não 11 Vereadores como noticiado na sua coluna. Sua notícia, além de tudo, ao não nominar os 15 Parlamentares que seriam integrantes da base – somos apenas 10 –, ofende e coloca sob suspeita Parlamentares que possuem um mandato independente e até direcionado mais à crítica e à fiscalização desta Administração. Em nome desses colegas Legisladores, acho lamentável tal injustiça. É necessário ressaltar que o Governo Marchezan tem uma concepção especial no trato com o Legislativo e acredita que os projetos que forem benéficos à Cidade devem ser defendidos não somente pelos Vereadores da base. O nosso maior cuidado é justamente respeitar todos os Vereadores que pensam a Cidade acima de interesses político-partidários. Por isso, em vários temas poderemos e desejamos ter o apoio majoritário dos Legisladores e Legisladoras da Câmara Municipal. Não sei de onde e nem de quem surgiu essa informação publicada infelizmente pelo senhor, porém posso afirmar que é mentira ou total falta de compromisso com a verdade. Não quero acreditar que exista na publicação alguma intenção política. Isso seria repulsivo. O jornalismo sério e competente jamais

deveria reproduzir algo assim. É extremamente importante checar toda a informação e possíveis fontes de informação. Por respeito aos leitores do veículo que representas, permaneço ao seu dispor. Atenciosamente, Ver. Moisés Barboza.”

Eu recebi a ligação do jornalista, e, Presidente, conforme disseste, vais fazer referência a este fato, e é lamentável que o jornalista não tenha citado sequer esses 15 Vereadores que ele diz que fariam parte da base. Isso é um desserviço à nossa Casa, e eu disse ao mesmo jornalista, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que o absurdo é tão grande e que este conceito é tão arcaico que, veja bem, se qualquer pessoa que está na Administração, que tenha passado pelo Banco de Talentos, que tenha sido indicado por um sindicato, por um jornalista ou por qualquer Vereador que tenha apoiado, feito campanha - para qualquer Vereador desta Casa -, que seja um técnico de renome e tenha sido selecionado para prestar o seu serviço e contribuir para a Prefeitura, mesmo que seja Vereador da oposição a este Governo, ele imaginar que o Prefeito Marchezan vai pegar um telefone e vai ligar para esse Vereador e dizer: “Olha, o senhor tem uma pessoa ligada a V. Exa., o senhor, então, é da base do Governo, o senhor é obrigado a votar conosco.” Isso é uma ofensa a todos nós Vereadores. Tomei essa liberdade e gostaria de dividir com os senhores e com as senhoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é difícil me posicionar, assim, numa questão, Ver. Moisés Maluco do Bem, eu sendo jornalista e sendo Vereador – homem público duas vezes. É difícil separar o jornalista do Vereador e vice-versa. Eu não vou defender nenhum colega aqui, mas vou dizer apenas que o jornalismo é feito de fontes; o jornalista não inventa nada. Não quero dar uma aula de jornalismo aqui; nem o Ver. Dr. Thiago vai dar aula de medicina; nem o Ver. Professor Wambert vai dar aula de direito penal aqui. Nem eu, como jornalista, gosto quando a notícia é contra mim. Isso faz parte do ser humano, a gente tem dificuldade de aceitar. Agora, como eu disse para a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, é só ler com atenção o que está no jornal, ali dizem que o Vice-Prefeito vai assumir tal posição. Quem sabe disso e passou tal informação deve estar dentro do Partido dela. Aí, sai uma outra informação, que dois Secretários deram a informação. Alguém deu a informação. Então o jornalismo sem a fonte não existe, por isso que a fonte, na própria Constituição, é preservada. Dito isso, sem querer ser o crítico da crítica e nem ser o corregedor da Casa, que eu não sou, era só colocar uma questão jornalística.

Eu também tenho acompanhado essa questão do pacote que o Prefeito mandou o cá. E nessa linha que o Ver. Cassiá Carpes propôs, ele que faz parte da base do Governo, nós vamos, sim, debater amplamente esse pacote, que parte dele já está na Casa e a outra parte chega hoje ou amanhã, eu posso dizer aqui que eu vou votar pela manutenção da Secretaria de Esportes; eu posso dizer aqui que eu vou votar pela

manutenção da Secretaria dos Animais; eu posso dizer aqui que eu vou votar contra não querer dar a reposição inflacionária ao salário dos municipais. Eu tenho dúvida sobre o Previmpa, de aumentar de 11% para 14%. Eu acho que a CEFOR, e eu não sei quem preside a CEFOR, ou a Comissão da qual eu faço parte, Direito do Consumidor, tem que trazer alguém do Previmpa aqui para fazer um cálculo atuarial para ver, exatamente, se é necessário passar a contribuição de 11% para 14%. Quero dizer que eu já apresentei uma emenda nesse sentido, se tiver que passar os 3% que seja 1,5% agora em julho e 1,5% daqui a um ano. Já conversei com Ver. Cecchim, parece que a Bancada do PMBD vai apresentar uma outra emenda fatiando os 3%, em 1%, mais 1% e mais 1%. Então tem muitas situações que nós vamos discutir aqui. Obviamente, tem projeto que o Prefeito mandou para cá que nós vamos aprovar. Obviamente, nós vamos aprovar, e vamos democraticamente no voto. Agora, tem projeto que nós vamos discutir muito e pode ser que até no voto o projeto seja provado, mas o que não se pode, na verdade, é tentar julgar todo esse conjunto de projetos que vieram para cá sem que a gente os conheça. Então nós temos que nos debruçar e estudar essa situação, ver o que é bom para a Cidade, como o Ver. Carús falou há pouco, e nós vamos aprovar. Agora, o que eu tenho de dúvidas, principalmente, Ver. Cecchim, é nessa questão do Previmpa. Acho que a CEFOR ou a Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos poderiam trazer aqui para apresentar o cálculo atuarial, porque nós não sabemos. Eu fiquei sabendo ontem que de 2001 para cá todos que se aposentaram recebem de um fundo que está no Previmpa, e tem muito dinheiro, que é o oitavo fundo no País. Mas de 2000 para trás, recebem, não sei se da Prefeitura, de onde é. Tem que ver qual o seguimento que está em dificuldade. Então, eu estou em aberto, em alguns projetos já tenho posição, como já anunciei aqui, os outros projetos nós vamos discutir. Se tiver que ir para o voto, nós vamos para o voto; se ganhar no voto, ganhou; se perder, perdeu. Até vou repetir o que já disse várias vezes aqui: cada governo que assume tem o direito e o dever de apresentar as mudanças que quiser apresentar. E cabe a nós apoiar ou não. Ta certo, Ver. Pujol? Muito obrigado pela sua audiência e atenção, nosso decano.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. GOULART:** Meu querido Presidente, Ver. Dr. Thiago, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, pois eu estava observando esses encaminhamentos que vão acontecer agora, Thiago, que a gente deverá votar contra o Governo ou a favor do Governo. Já vejo que aprecem vários segmentos procurando ajuda dos Vereadores, como é o caso dos técnicos de enfermagem, que passaram no concurso e ainda não foram absorvidos. Eles estiveram no meu gabinete conversando, mas depois eles transpuseram esse assunto para a nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente, SMAM, e agora encontrei ali fora com os guardas municipais, que também estavam para serem chamados e agora com essa situação de que o Governo não tem dinheiro. Eu acho

estranho, porque quando entrou o Fogaça ele disse que tinha pegado completamente ruim o cofre municipal do Governo anterior, foi o PT, e que ele ia colocar, junto com o Fortunati, tudo de novo em equilíbrio, as finanças em equilíbrio. Chegou a falar, algumas vezes, nos outros anos que se passaram, que estava passando, para outro Governo, equilibrada e no verde, a economia do Município. E, agora, cada vez que a gente fala num assunto que tem que se colocar dinheiro, em tudo tem que colocar dinheiro, então, vem a resposta de que nós não temos dinheiro e não teremos nos próximos tempos. Eu imagino que a gente possa conversar com os funcionários da Guarda, que passaram no concurso, e com os funcionários de Técnico em Enfermagem, paralelamente, ao que está acontecendo. Não precisa o aumento ser dado agora, talvez, o ano que vem, mas tem que haver uma luz, tem que haver uma negociação.

Eu mostro uma negociação semelhante a essa. Estávamos, eu e o Dr. Thiago, trabalhando com o Hospital Parque Belém e o Parque Belém que tem uma estrutura finíssima, ele, por fora, parece uma casa envelhecida, mas ele tem uma estrutura muito boa, com aparelhos de toda natureza, para vários tipos de especialidades. Ele é um hospital completo, Dr. Thiago, nós estivemos vendo lá. O hospital estava para fechar no ano passado, preparado para fechar. Foi quando eu, o Dr. Thiago e mais algumas pessoas entrevistamos e fizemos com que, pelo menos, a saúde mental ficasse aberta. Eles vieram a fechar depois, Dr. Thiago? Permanece aberta. E nunca vejo a mídia falar desse assunto. Deveria falar, pois o trabalho de dois Vereadores, que são médicos, manteve o hospital respirando com a sua parte de convênios em saúde mental. Então, nós temos muitas coisas para falar e não precisou a gente dizer que tinha que pegar dinheiro de algum lugar para resolver o problema da saúde mental do Parque Belém, porque o Parque Belém, recebendo pessoas que não são SUS, consegue manter aquela ala funcionando. Eu já quero cumprimentar o Dr. Thiago, que nos ajudou muito nessa luta, e agradecer esse tempo ao Presidente Cassio Trogildo, que era dele e ele me passou.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado, Ver. Dr. Goulart. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon fez referência a uma fotografia nossa numa visita que fizemos ao Ginásio Tesourinha, programada pela Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Casa. Essa lembrança, Ver.<sup>a</sup> Sofia, e essa fotografia, que faz referência a que nós somos de posições políticas diferentes, mas que estamos unidos num mesmo propósito, se soma a manifestações que ocorreram nesta tarde, do nosso Líder do PSDB e Vice-Líder do Governo e do Ver. João Bosco Vaz, do Partido Democrático Trabalhista, todos eles relacionados com esses temas que hoje se encontram aqui na Casa, carecedores de um debate, de uma discussão. São oito os projetos do Executivo, das mais diferentes matizes, que, evidentemente, estarão a nos

ocupar nos próximos dias e meses pela sua importância e pela sua relevância. É evidente que nesse assunto da sobrevivência da Secretaria de Esportes do Município ou da manutenção – e esse é o maior dos desejos – de todas as atividades eficientes, necessárias e importantes que ela realiza, vai predominar o debate. Isso me permite dizer, com toda a clareza, que eu não costumo me antecipar dizendo que sou a favor ou contra propostas quando não as conheço. Eu estou aguardando, inclusive, que venha a proposta do Executivo a respeito da sua estrutura administrativa, fato esse que deve ocorrer, penso eu, ainda esta semana; mas, desde já, eu reafirmo, Ver. Tarciso, o compromisso que nós, coletivamente, assumimos de pugnarmos pela manutenção de todos os programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes. Falávamos da reunião que tivemos; nós estamos usando nossa inteligência, buscando a maneira mais adequada para que isso venha acontecer. Independente de posição política, independente de simpatia ou não com a administração do Município, independente de ser figura independente na Casa, com pré-disposição de auxiliar o Governo do Município, não vai alterar a nossa posição. Nós temos esse compromisso assumido com vários segmentos envolvidos pela ação positiva da Secretaria Municipal de Esportes – até bem pouco tempo, com um grande Secretário, com o qual nós tínhamos o melhor relacionamento, além de um grande reconhecimento pelo seu trabalho – e, evidentemente, essa posição nós não vamos mudar. O nosso Presidente tem esse mesmo compromisso conosco. Aliás, Ver. Tarciso, nós votamos aqui uma emenda do Ver. Ferronato que, no meu entendimento, já teria resolvido a condição. Infelizmente, não logramos êxito naquela ocasião; mas vamos encontrar um caminho para sair bem e salvar as atividades positivas da Secretaria Municipal de Esportes.

**O Sr. Tarciso Flecha Negra:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Pujol. Eu vou dizer de forma bem clara aqui que o meu Partido é o PSD, eu sou independente. Eu não vim aqui lutar por secretaria nenhuma; a minha verdadeira bandeira, aquilo que eu prego sempre que subo à tribuna é: educação e esporte. Essa é a minha bandeira. Eu não posso ir à tribuna e falar sobre esporte, sobre saúde, o bem que o esporte traz para a nossa Cidade e depois vir votar contra o esporte e a educação. Então, para mim é muito difícil. Não é a Secretaria, é o esporte e a educação.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Muito bem, Vereador, aliás, nesse particular, parece que a democracia solidária, que era a nossa composição nas eleições municipais, está mais unida do que nunca. A identidade de posição do Ver. Tarciso, do Ver. Dr. Thiago e a nossa mesmo, abrangendo inclusive outros companheiros do Partido Socialista Brasileiro, que faz parte do nosso Bloco, e penso até que do PRB, todos nessa linha. As atividades terão de ser preservadas. Nesse particular, eu tenho muita fé, muita confiança na declaração categórica da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Secretária Fátima Paludo, que, de forma muito enfática, disse que não só ia preservar como ia ampliar. Vamos botar isso no papel para garantir, porque na administração pública, fora do papel, não tem solução. Se não está escrito, pode ser que

não aconteça. Vão escrever direito a preservação da ação positiva em prol do esporte no município de Porto Alegre pela sua Secretaria, ou seja por quem for. Vão garantir! Isso é um compromisso que quero reafirmar da tribuna nesta hora em nome do meu Partido, em nome do meu Bloco e em meu próprio, de quem tem compromisso assumido e não vai faltar. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. THIAGO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero falar um pouco do que foi referido na tarde de hoje, por alguns Vereadores, e remontar também, no meu caso específico, um pouco da minha história de independência neste Parlamento. Esta situação de independência e de nos colocarmos como um bloco independente, vem desde o início da minha presença e da minha participação neste Legislativo. Eu não preciso lembrar de que... E sempre me posicionei assim, se o projeto é adequado e correto para a Cidade, a gente entende, na nossa concepção, é isso, quando nos convence com ideias, a gente é parceiro; caminhamos juntos. Quando isso não ocorre, nós colocamos de forma muito clara, de forma muito contundente, às vezes até veemente, segundo alguns membros, até da administração que passou, de forma muito ácida, mas não por ser corrosiva, mas ácida porque quer realmente buscar o melhor para a Cidade, nós colocamos a nossa posição. E eu, e tenho certeza, o nosso bloco, não fará diferente nesse conjunto de projetos que vem para a Câmara Municipal. Tenho muitas dúvidas em alguns projetos. O Ver. Bosco colocou muito bem aqui. O Ver. Cecchim tem falado sobre isso, a questão do Previmpa. O Previmpa é hoje um dos exemplos nacionais de previdência, isso tem que ser dito. Acho que a mesma lei que vale para Chico, vale para Francisco, e vocês vão me ouvir falar muito disso. Acho que não se pode fazer uma lei que não valha para todos; então aquilo que vai valer para Chico, tem que valer para Francisco, senão a gente perde a retidão e a coerência nos processos. Acho que o esforço feito para extinção da SME é desmedido, eu acho que uma Secretaria que tem orçamento de um milhão de reais por mês e que tem, só pela participação que vi na Câmara e nas redes sociais, vejo que é um milhão muito bem gasto, relevante para a Cidade. Então, realmente, a manutenção, nós temos que nos posicionarmos independentemente, mas temos que fazer uma profunda reflexão sobre esse projeto. Quero dizer ao jornalista - como bem disse o Ver. Moisés, que não é cargo que me prende a lugar nenhum, nunca foi assim no passado -, que, quando vocês, dessa mesma empresa, diziam, nos seus editoriais, que eu fazia crítica nesta tribuna porque tinha outros interesses, outros “interesses pessoais”, não era isso. Hoje está provado até por aquilo que nós temos nos posicionado e, como temos falado, da atual condução da saúde, está provado que não era isso quando a gente falava da gestão

modelar da Saúde na gestão do Dr. Pedro Gus à frente da Saúde, com o Fogaça, no início. Então, desses reparos e dessa condição de independência eu não abro mão, se for para abrir mão da independência eu vou embora para casa, cuidar dos meus filhos, da minha vida privada; vou abrir consultório privado, se for por isso. Não é por isso! Nós estamos aqui, e a grande maioria, claro que não conhecemos a fundo todos os Vereadores, mas eu posso dizer que praticamente todos os Vereadores estão aqui movidos pelo *munus* público, é fazer o melhor para as pessoas. A gente observa cada um do seu jeito, mas observamos isso. Sr. Presidente dos trabalhos, Reginaldo Pujol, eu gostaria de pedir mais cinco minutos como liderança.

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol):** O Ver. Dr. Thiago prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

**O SR. DR. THIAGO:** Eu queria também, na tarde de hoje, fazer um elogio à administração anterior, dizem que sou um crítico ácido, hoje completa um ano da inauguração de uma creche feita pelo Governo Fortunati e Melo na Região Extremo-Sul da Cidade de Porto Alegre, onde não tinha creche, Ver. Cecchim. Porque a Cleci fez lá, porque o Prefeito e o Vice-Prefeito fizeram naquele momento, isso tem que ser reconhecido, atende a 120 crianças daquela comunidade que não tinha acesso à escola de educação infantil. Aquela Administração soube, a partir de emendas parlamentares federais, investir pesadamente naquela região que tanto precisa. Esta Administração de agora está mantendo, o que também tem que ser saudado. Portanto, quero enaltecer a luta, a participação, o espírito de cooperação de toda a comunidade da região Extremo-Sul da Cidade, que fez com que a Prefeitura se sensibilizasse, fez com que a Secretaria se sensibilizasse e alocasse lá recursos públicos depois de uma caminhada de mais de seis anos e pudesse inaugurar, naquela região, uma escola de educação infantil, a Escola de Educação Infantil do Jardim Floresta. Toda a comunidade está de parabéns, e é importante a cada dia cuidar mais daquela escola. E me dirijo aos pais, professores, alunos e comunidade daquela região: cuidar. Os equipamentos públicos não são do Prefeito, eles não são dos Vereadores, não são dos Secretários, não são nem daqueles professores que labutam lá, nem daqueles diretores, nem sequer daqueles alunos, nem de quem quer que seja - muito bem apanhado, Ver. Camozzato -, não são do Governo do momento, são da comunidade, precisam ser entendidos como equipamentos da comunidade, estão na comunidade, mas são também da comunidade, por isso têm que ser cuidados. Os equipamentos públicos têm que ser cuidados mais do que as coisas na casa da gente porque só assim eles vão continuar lá, fazendo o seu serviço, a sua atividade social. E é nisso que profundamente a gente acredita. Tomara que nós possamos comemorar dezenas e dezenas de aniversários daquela escola de educação infantil, que está lá no meio da vila, na vila mais periférica da Cidade! Ela é a escola de educação infantil mais longe do Centro da Cidade e por isso a escola de educação infantil mais necessária para mim da cidade de Porto Alegre. Parabéns à comunidade do Lami, parabéns à comunidade do Extremo-Sul, e que possamos, sem dúvida nenhuma, a partir dessas experiências, a partir dessas escolas de educação infantil, inaugurar

peças – isso é o mais importante que deve ser feito. Muito obrigado e um abraço a todos os Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Boa tarde, senhoras e senhores. Gostaria de começar a minha manifestação, saindo um pouco dessa pauta que estávamos falando, e comentar as manifestações ocorridas no dia 28 de abril e da chamada greve geral que ocorreu aqui em Porto Alegre. É importante salientar que o que ocorreu em Porto Alegre, na sexta-feira, foi um crime à população desta Cidade, um crime contra o trabalhador desta Cidade, onde alguns movimentos sociais, alguns partidos políticos, alguns sindicatos forçaram uma greve. Obrigaram as pessoas à não irem trabalhar por meio do bloqueio, por meio de pneus queimados em vias, por meio do boicote deliberado de uma minoria a uma maioria que gostaria de ter o seu direito de ir e vir preservado, mas que não teve. Portanto, atentaram à liberdade de escolha das pessoas de fazerem ou não a greve, de irem ou não ao trabalho. Isso a gente precisa falar, sim, e precisa ser repercutido neste Parlamento, uma vez que tivemos o feriado do Dia do Trabalho que, aliás, para aqueles que iniciaram essa greve geral, talvez fosse a grande intenção: esticar o feriadão na sexta-feira até a segunda-feira. Pois bem, depredaram o patrimônio público, picharam a nossa Cidade, incendiaram pneus, fizeram arruaças e, portanto, são criminosos e deveriam responder por esses crimes. Aliás, o que a CUT – e aqui faço questão de nominar pelo menos uma dessas organizações – está fazendo com o Brasil é terrorismo, é ameaça, extorsão e terrorismo, depredando o patrimônio público, fazendo arruaça na vida dos brasileiros, para terem suas pautas atendidas no grito, na força e na ameaça. Junto a essa pauta o que tivemos ontem de notícia, que acho também extremamente perigoso e importante salientar, que foi a decisão de soltura de José Dirceu. Assim como essas pessoas que estão soltas nas ruas e que fizeram greve, manifestações, picharam, depredaram e não estão respondendo por isso, José Dirceu não está respondendo pelos seus crimes de forma adequada. Essa soltura de José Dirceu está mostrando, na verdade, que o crime compensa – é um péssimo exemplo. Aliás, é um péssimo precedente para que depois se liberte Cunha, por exemplo. E eu não quero Cunha solto, tampouco quero Dirceu solto; aliás, quero Lula preso. A Justiça demora para julgar e mantém presos diversos outros inocentes sem julgamento; são mais de 250 mil presos sem julgamento no Brasil, muitos deles pobres que não têm dinheiro para contratar bons advogados ou não têm poder político para fazer arruaça nas ruas e não sofrer consequências, mas que estão presos – e aí tem vários citados. Eu destaco o artigo do Rodrigo da Silva, que fala, inclusive, do jovem que foi preso por estar portando Pinho Sol, mas que poderia estar fabricando uma bomba, segundo a polícia – e

está preso sem julgamento. Ele não tem o poder político ou econômico para ser solto em tão curto espaço de tempo como teve José Dirceu ou Eike Batista ou, possivelmente, terá Cunha. Portanto, passar a mão na cabeça por crimes pequenos e com responsáveis políticos e sindicais claros, que nem o que a gente viu aqui em Porto Alegre no dia 28 é uma injustiça justamente com pessoas como esse pobre sujeito que está preso por causa de um Pinho Sol e tantos outros milhares de sujeitos pobres, sem condições de ter sua defesa e que ficam presos por anos. Tem casos de pessoas que passam anos na cadeia sem julgamento e que são inocentes quando são julgados. Então a Justiça tem responsabilidade por demorar a julgar essas pessoas e por fazer com que elas fiquem presas injustamente, enquanto solta outros figurões por terem condições de, por meio de seus advogados, por meio de seu poder de influência, enfim, terem um tempo muito curto de compensação de seus crimes. Isso alimenta o cenário de impunidade que torna normal que bandidos como Dirceu e Eike Batista não sejam punidos exemplarmente e sejam soltos por nossa Suprema Corte; torna normal porque, dia 28, quando acontecem manifestações na Cidade e que a gente sabe muito bem quem está liderando, eles passam impunes. A gente sabe qual o prejuízo que causam na nossa Cidade, depois a gente ouve discursos de muitas dessas lideranças dizendo que estão preocupadas com a falta de recursos em Porto Alegre, mas que estão colaborando para a nossa crise financeira, ao acabar com o patrimônio público que nos resta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Presidente, me permita registrar aqui a presença do Ver. Flavio Leal, de Eldorado do Sul, nossa cidade vizinha, também Secretário do Planejamento. No momento em que se avizinha a revisão do Plano Diretor, o Secretário do Planejamento de Eldorado veio acompanhar os trabalhos da Sessão desta tarde. Fica o registro. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores, Vereadoras, eu gostaria de falar em nome do meu Partido, o PSOL; quero fazer uma breve saudação e dar os parabéns a todos aqueles que participaram da maior greve geral que este País já viu. Quem esteve na rua, acompanhou as movimentações, acompanhou principalmente nos grupos por onde eu circulei, grupos dos meus colegas professores, tanto públicos quanto privados. Porque, diga-se de passagem, muitas escolas no Brasil inteiro aderiram à greve geral. Aqui em Porto Alegre, um dos maiores colégios desta Cidade, secular, o Anchieta, percebendo a necessidade de uma reação ao atual momento de ataque aos trabalhadores e o descompromisso do Governo Federal com relação a temas tão sensíveis à população, como saúde, educação e segurança, optou por cancelar suas aulas e apoiar o movimento

grevista dos seus funcionários. Eu parablenizo a todos aqueles que tiveram a coragem de ir às ruas lutar por um Brasil melhor, um Brasil que faça reformas, faça alterações, mas não alterações naqueles que mais sofrem historicamente, que são os trabalhadores deste País, aqueles que levam sobre seus ombros, apesar da carga de construir um País decente. O Governo atual do Presidente Fora Temer – não é esse o nome dele? Mas é assim como ele é mais conhecido – é um governo que não tem legitimidade para propor as medidas e vem sendo alvo de críticas por parte de toda a imprensa internacional. Para aqueles que têm uma visão curta e bebem apenas nas fontes de informação dos poucos veículos de comunicação ligados, patrocinados e sustentados por este Governo, talvez não tenham a dimensão da visão que nosso País tem na atualidade, lá fora, não conseguem ultrapassar os horizontes dos limites geográficos deste País. Todas as nações percebem que o que está em curso no Brasil é um ataque direto ao futuro das pessoas que constroem este País, aos trabalhadores. Um ataque direto à possibilidade de uma aposentadoria digna no futuro. Um ataque direto aos direitos trabalhistas que foram conquistados a duras penas, à custa de muito sacrifício. É isso que está em jogo. Ao invés de propor alterações e reformas sobre aqueles que podem contribuir mais, e cito reiteradamente que o Brasil é um dos dois países do mundo que não cobra imposto sobre lucros e dividendos, é só o Brasil e a Estônia. Todas as outras nações têm tributação sobre atividades dessa natureza, só Brasil e Estônia não tributam lucros e dividendos. É por aí que deve ser o início. Cobramos aqueles que têm mais condições, aqueles que têm mais posses, aqueles que não trabalham e investem no mercado especulativo, esse é o vagabundo, diga-se de passagem! Agora, atacar trabalhador que está dentro do seu legítimo direito de reivindicar melhores condições e resistir aos ataques impostos pelo Governo é muito fácil! Tachar trabalhador de vagabundo é uma grande injustiça, é uma indecência! Agora, eles que nunca sequer trabalharam, vivem de heranças, quem é o vagabundo neste País? Alguns levantam as suas vozes para defender o capital especulativo, os investidores. Investidor do quê? Capitania hereditária sendo repassadas ao longo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** ...Se vamos falar de trabalho e injustiça, comecemos com os latifúndios existentes há centenas de anos, desde a instituição deste País, desde a tomada dele dos índios. Vamos fazer uma análise! As terras, as grandes imensidões de terra improdutivas, em que muitas vezes há uma plantação de um único gênero alimentício, que é exportada e que, pela Lei Kandir não é tributada... É isso que gera a grande dívida e o grande roubo nas contas do nosso Estado, é essa evasão de recursos produzidos aqui mas que não têm retorno. A emenda à Lei Kandir, que deveria restituir os prejuízos com exportações para os Estados, nunca foi feita. É daí que vem o roubo do nosso Estado. Vamos analisar a realidade...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h32min.)

\* \* \* \* \*